

Governo pretende negociar o não pagamento do serviço da dívida

BRASÍLIA — O Governo brasileiro sentará à mesa com os bancos credores, em janeiro, com a disposição de convencê-los de que o País não tem condições de pagar integralmente o serviço da dívida (juros mais taxas de risco e outras taxações). Esgotadas as possibilidades de um acordo favorável ao Brasil, não haverá outra alternativa, revelaram ontem técnicos governamentais, senão adotar atitudes unilaterais.

A crise cambial que vem ameaçando o volume das reservas internacionais e a constatação de que o saldo comercial do próximo ano não vai superar US\$ 8,5 bilhões (Cz\$ 125,5 bilhões), forçará o Governo brasileiro a reduzir o pagamento da dívida externa, tendo ou não a compreensão dos credores internacionais.

Diversos assessores e técnicos de diferentes áreas do Governo, inclusive do Palácio do Planalto, já concordam que o Presidente José Sarney não terá outra alternativa a não ser declarar, unilateralmente, que o País não pode pagar integralmente os encargos financeiros da dívida em 87, simplesmente porque não terá recursos para fazê-lo.

Apesar de já existir a crença generalizada, dentro da área econômica, de que os banqueiros não serão sensíveis ao discurso brasileiro, a tática governamental é primeiro negociar e não radicalizar em nenhum momento, até verificar que não resta mais nenhuma possibilidade de entendimento com os credores.

Soma-se a essa certeza o fato de que o partido majoritário no Congresso, o PMDB, está pressionando o Governo para a adoção de atitudes enérgicas no tratamento do problema da dívida. Isso porque, diante da impopularidade do recente pacote econômico, o partido quer resgatar, com a conquista externa, o apoio da população, vendo mais uma de suas bandeiras — a da moratória — defendida pelo Governo.

Politicamente, esse argumento tem sensibilizado Sarney. Do ponto de vista puramente econômico, o discurso já está preparado, segundo informações de fontes governamentais. A tática será devolver aos credores as diversas críticas feitas por eles aos devedores.

Uma delas é relativa à ameaça de moratória unilateral, que os banqueiros tanto repudiam. O argumento oposto é a lembrança da atitude extrema, feita em conjunto pelos bancos credores, há quatro anos, quando foi literalmente cortado o crédito dos países endividados. Sem aviso prévio, as economias em desenvolvimento viram-se, da noite para o dia, sem recursos para financiar seu processo já deflagrado de crescimento.

Na mesa de negociação, o Governo colocará a já tão discutida idéia de só pagar o juro real sobre a dívida, além da taxa de risco. Isso significa que o Governo não está disposto a desembolsar, anualmente, a parte da taxa de juros referente à inflação externa. Essa taxa é fixada de forma nominal, sem distinção do juro real (que excede a inflação internacional).

Desta forma, ao pagar os encargos, o Governo está abatendo do seu saldo devedor e reduzindo, sem poder, o montante do principal da dívida. Se fosse pagar apenas o juro real, esse seria de 2,5 por cento ao ano, pelos cálculos oficiais, e não os quase oito por cento que o País paga anualmente.



Galbraith disse a Sarney que dívida externa não deve comprometer Cruzado